

A Reprodução Urbana em Altamira - Pará: uma análise dos reassentamentos urbanos coletivos - 2016ⁱ

Urban Reproduction in Altamira - Pará: an analysis of urban collective results - 2016

La Reproducción Urbana en Altamira - Pará: un análisis de los reasentamientos urbanos colectivos – 2016

Gleiciely Barroso Carvalho¹

Marcio Douglas Brito Amaral²

José Antônio Herrera³

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar o processo de produção dos espaços urbanos planejados pelo empreendimento Belo Monte, verificando suas implicações na (re)estruturação urbana e no desenvolvimento sócioespacial da cidade de Altamira. A pesquisa foi realizada em quatro fases: na primeira fase um ajustamento teórico, na segunda buscou-se realizar um levantamento documental sobre a cidade de Altamira, na terceira etapa realizou-se a aplicação de formulários com 60 famílias com objetivo de verificar como se apresentam esses espaços de reassentamento no que se refere ao desenvolvimento sócioespacial, e no quarto momento foi feito a sistematização e a análise do material levantado. Nesse sentido foi possível verificar que a legislação da cidade e a forma de crescimento foram alteradas para a criação dos reassentamentos urbanos coletivos e como as famílias estão se adaptando a esses novos espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Reassentamento urbano coletivo. Altamira – Pará. Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

ABSTRACT: *The objective of this study is to analyze the production process of the urban spaces planned by the Belo Monte project, verifying its implications in the urban (re) structuring and in the sociospatial development of the city of Altamira. The research was carried out in four phases: in the first phase a theoretical adjustment, in the second one, a documentary survey was carried out on the city of Altamira; in the third stage, the application of forms with sixty families was carried out in order to verify how present these spaces of resettlement with regard to socio-spatial development, in the fourth moment the systematization and the analysis of the raised material were done. In this sense it was*

¹ Universidade Federal do Pará IFCH, campus Belém, endereço: Rua Augusto Corrêa, 01- Guamá, Belém-PA. E-mail: tiely_atm@hotmail.com.

² Universidade Federal do Pará IFCH, campus Belém, endereço: Rua Augusto Corrêa, 01- Guamá, Belém-PA. E-mail: marcioamaral29@gmail.com.

³ Universidade Federal do Pará Faculdade de geografia, campus Altamira, endereço: Rua Coronel José Porfirio 2515, São Sebastião. E-mail: herreraxigu@gmail.com.

possible to verify that the city's legislation and form of growth were changed for the creation of collective urban resettlements and how families are adapting in these new spaces.

KEYWORDS: *Collective urban resettlement. Altamira – Pará. Belo Monte Hydroelectric Plant.*

RESUMEN: *El objetivo de este estudio es analizar el proceso de producción de los espacios urbanos planeados por el emprendimiento Belo Monte, verificando sus implicaciones en la (re) estructuración urbana y en el desarrollo socioespacial de la ciudad de Altamira. La investigación se realizó en cuatro fases: en la primera fase una investigación teórica, en la segunda fue realizado un levantamiento documental sobre la ciudad de Altamira, en la tercera etapa se realizó la aplicación de formularios con sesenta familias con el objetivo de verificar como se presentan esos espacios de reasentamiento en lo que se refiere al desarrollo socio-espacial, en el cuarto momento se hizo la sistematización y el análisis del material levantado. En ese sentido fue posible verificar que la legislación de la ciudad y la forma de crecimiento fueron alteradas para la creación de los reasentamientos urbanos colectivos y como las familias se están adaptando en esos nuevos espacios.*

PALABRAS-CLAVE: *Reasentamiento urbano colectivo. Altamira – Pará. Usina Hidroeléctrica de Belo Monte.*

INTRODUÇÃO

O processo de urbanização da cidade de Altamira desde que era uma vila de apoio às missões de catequização dos indígenas sempre teve seu desenvolvimento voltado para o rio, o que perdurou até o ano de 1970, quando o presidente Médici anunciou a construção da Rodovia Transamazônica. A abertura da rodovia alterou a dinâmica da cidade para a construção da mesma, mas sem perder de vista a permanência do crescimento voltado para as margens dos rios, principalmente pelas famílias de baixa renda.

Antes da implantação da obra de Belo Monte o crescimento da cidade se dava, sobretudo, nas margens do rio Xingu e dos igarapés Ambé, Panelas e Altamira, porém, depois do início da implantação do empreendimento Belo Monte, percebe-se uma mudança na forma de expansão da malha urbana da cidade, que ao invés de ser nos arredores dos rios, agora ocorre em direção às áreas onde se localizam as florestas.

Dessa maneira, pode-se afirmar que os novos bairros, os remanejamentos urbanos, estão situados bem longe do centro da cidade ou da chamada área principal de comércio e serviços, que permaneceu nas localidades mais relativamente próximas do rio Xingu.

Com a implantação do empreendimento UHE Belo Monte, na área conhecida como “volta grande do Xingu 2011”, grande parte das dinâmicas territoriais e sócioespaciais dos municípios que compõem a microrregião do Xingu e, sobretudo, a cidade de Altamira, objeto de estudo deste texto, estão passando por transformações com a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A dinâmica de Altamira foi drasticamente modificada ao longo

dos últimos anos, e este trabalho se propõe analisar o processo de produção dos espaços urbanos planejados pelo empreendimento Belo Monte, verificando suas implicações na (re)estruturação urbana e na qualidade de vida da população da cidade de Altamira. Na figura 1, a seguir, apresenta-se a localização da área de estudo.

Figura 1 - Mapa de Localização da Área de Estudo, 2016



Fonte: Herrera (2016).

Nesta perspectiva, o presente trabalho pauta-se na compreensão de tais transformações ocorridas, dando enfoque ao planejamento urbano que paradoxalmente tem desconstruído as relações das pessoas com os espaços e deteriorando o modo de vida da população local. Diante disso, este trabalho visa demonstrar de que forma foi executado o projeto de crescimento da malha urbana da cidade de Altamira, sobretudo os reassentamentos urbanos coletivos (RUCs).

Dessa maneira, a presente pesquisa procura analisar as implicações desses novos espaços produzidos na (re)estruturação dos espaços de assentamento no interior da cidade, bem como na busca do desenvolvimento sócioespacial (autonomia, qualidade de vida e justiça social). De forma mais abrangente, esta pesquisa visa contribuir para o entendimento da produção das cidades na Amazônia, principalmente aquelas que são impactadas por grandes projetos hidrelétricos, verificando sua particularidade em termos de modernização espacial que contrasta com a reprodução da vida cotidiana anteriormente existente.

Sendo assim, torna-se fundamental acompanhar que tipo de impactos há para as famílias que estão sendo remanejadas para esses novos bairros planejados pelo empreendimento, e a mudança das relações afetivas que tais moradores possuíam com os seus antigos locais de moradia, com os vizinhos etc. Além disso, é importante investigar de que forma essas famílias estão sendo realocadas: se é de forma espontânea ou se estão

sendo obrigadas a deixarem suas casas. E como está se desenvolvendo o processo de reprodução dessas famílias nos novos locais de moradia nos reassentamentos urbanos coletivos (RCUs).

Desta forma, um imenso crescimento da malha urbana está se dando em direção à floresta ou o que era floresta, contrastando com o fato de que Altamira teve, historicamente, como principal característica a expansão em direção às margens dos igarapés da cidade. E com a implantação do empreendimento hidrelétrico, a cidade passa por um processo de reestruturação sócioespacial, pois as áreas habitadas historicamente por populações de baixa renda, e que só ficavam alagadas na época das chuvas, tornaram-se permanentemente alagadas, de modo que as pessoas que habitavam essas margens estão em processo de remanejamento desses locais para as áreas dos RUCs.

A pesquisa foi dividida em quatro fases. A primeira fase teve como preocupação central estabelecer um ajustamento teórico com vista à interpretação da problemática construída. Assim, foi realizado um levantamento bibliográfico de cunho teórico e outro referente à produção acadêmica sobre o processo de produção de espaços urbanos planejados em áreas de grandes projetos hidrelétricos, principalmente na Amazônia.

A segunda fase buscou realizar um levantamento documental voltado especificamente para a cidade de Altamira. Nessa etapa, foram analisados os projetos de reassentamento urbanos executados na cidade, verificando como estavam pensadas as estruturas espaciais e o desenvolvimento urbano, assim fazendo uma linha do tempo da cidade de Altamira – Pará com os principais acontecimentos que ocorreram na região para entender sua formação espacial.

A terceira fase diz respeito à realização de coleta de dados primários através da aplicação de formulários (com 60 famílias) contendo perguntas abertas e fechadas, tendo o objetivo de verificar como se apresentam esses espaços de reassentamento no que se refere ao desenvolvimento sócioespacial (autonomia, qualidade de vida e justiça social). A quarta etapa constou da sistematização e da análise do material levantado, de maneira a promover a redação do texto com os principais resultados da pesquisa.

A CIDADE, A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO E A LUTA POR DIREITOS

A produção do espaço está além da relação homem e trabalho, pois no espaço se constroem as relações sociais, principalmente nos espaços urbanos, que são construídos a partir das relações entre homem, natureza e homens; dessa maneira, os espaços não são somente um local do trabalho e de acumulação, mas também de troca do convívio. Segundo Carlos (2011, p. 53):

[...] a sociedade, ao se produzir, faz num determinado espaço, como condição de sua existência, mas através da própria ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto tem uma dimensão histórica com especificidade ao longo do tempo e nas diferentes escalas e lugares do globo [...].

Dessa interação surgiu a cidade, uma obra humana coletiva, que a partir das relações entre as pessoas realiza o seu processo de produção e reprodução. Com o desenvolvimento do sistema capitalista, a construção do espaço urbano, da cidade, está cada vez mais ligada a esse modo de produção.

Podemos observar que os espaços das cidades se tornaram mercadorias a partir das frenéticas transformações que as cidades sofrem. A destruição de antigas cidades e a criação de novas com modernas estruturas em cima das antigas tem um propósito de atender às necessidades do capital.

A cidade se transforma de forma rápida em uma nova cidade irreconhecível, com novas formas e valores. E passa a se tornar mais seletiva, acessível somente àquelas famílias que possuem recursos financeiros o suficiente para manter-se. Podemos afirmar que a habitação se tornou uma mercadoria, embora ela seja fundamental para a sobrevivência humana, pois ela é uma necessidade básica para todo homem viver com dignidade. Contudo as cidades têm se tornando mercadorias e seus espaços com valores cada vez mais elevados, ter habitação de qualidade se torna cada vez mais difícil.

O homem, por morar em local que seja de acordo com sua renda financeira, criou um fenômeno urbano chamado de segregação socioespacial que ocorre quando a população é obrigada a morar em lugares isolados, onde não há infraestrutura pública. Ela ocorre em duas situações: auto segregação e segregação imposta.

Segregação socioespacial é um fenômeno a ser destacado em relação aos centros urbanos, é o que leva as pessoas a morar mais afastadas dos centros da cidade, por motivos diversos, sendo o inchaço populacional, a falta de recursos financeiros e a insegurança dos centros das cidades fatores relevantes para que ocorra a segregação (CORRÊA, 1986).

A segregação socioespacial releva as contradições que existem na cidade nos aspectos sociais e econômicos na sociedade atual, e ela está ligada, diretamente, ao solo urbano. Nesse sentido, pode-se dizer que a segregação está diretamente ligada à produção e reprodução espacial do espaço urbano.

Ter acesso e direito à cidade, segundo Harvey (2014, p. 28), “[...] mais do que ter direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos”. O direito à cidade é ter o poder de mudar, de transformar, poder acessar todos os ambientes da mesma forma

sem diferenciação de classe social. Mas podemos observar que cada vez menos pessoas têm o acesso à cidade, pois a maioria da população não detém recursos suficientes para usufruir da cidade em sua forma plena.

Assim, a própria cidade se contradiz, pois ela é de natureza humana, não um mercado, ela é uma extensão do próprio homem, a cidade é uma obra humana coletiva. Quando o homem constrói a cidade ele está se construindo também, uma vez que o homem ao construir a cidade acabou construindo a ele mesmo. Dessa forma, a cidade é uma extensão humana, ela não se sustenta sem o homem, por isto a cidade está diretamente ligada à cidadania - pertencimento, direito e deveres. Por isto, construir uma cidade alternativa para todos os cidadãos com acesso à estrutura básica de moradia e que todos possam usufruir é direito de todos, sem restrição de classe social, ela é um lugar onde as pessoas estão juntas, além disso, a cidade não é somente uma descrição de uma entidade física, mas também de conceitos políticos dos homens.

O que podemos observar é que o processo de urbanização está diretamente ligado à economia mundial com ondas de destruição e estruturação urbana, assim tornando a urbanização uma nova forma de acumulação capitalista. Portanto, a cidade acabou se transformando em um “mercado”, onde a habitação e a mobilidade tornaram-se produto da cidade mercado. Os espaços urbanos perderam seu valor de uso, de apego e pertencimento, para se tornar valor de troca, onde as pessoas não conhecem, não pertencem à cidade, as tornando, assim, cidades irreconhecíveis. (CARLOS, 2015).

A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ALTAMIRA – PARÁ

Altamira surgiu em período caracterizado pela criação de várias aldeias missionárias que viriam a se tornar futuras cidades da região Amazônica, esse período de formação de aldeias ocorreu entre a metade do século XVII e meados do século XVIII (CORRÊA, 1987), esse período estava apoiado na mão de obra indígena que trabalhava na construção das aldeias e no extrativismo. Para manter o controle sobre os indígenas os padres promoviam a sua catequização (nesse período existiam seis ordens religiosas instaladas em Belém, entre elas as que mais se destacavam eram os jesuítas, franciscanos, mercedários e carmelitas). Altamira foi criada pela ordem religiosa jesuítica, sendo o padre Luiz Figueira a iniciar a missão no baixo Xingu, sendo o jesuíta Roque Hunderfund o fundador da missão de aldeamento dos silvícolas para catequese no Médio Xingu próximo as margens do igarapé Panelas (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

Até os dias atuais a cidade tem forte influência da igreja católica, uma das representações desse poder é a Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus em Altamira

(figura 2), que mostra a influência da igreja na construção da cidade na década de 1970. Já na figura 3 é possível visualizar a Residência dos Missionários em Altamira (PA).

Figura 2 - Igreja Matriz Sagrado Coração de Jesus em Altamira (PA), em 1970



Fonte: Herrera (2016).

Figura 3 - Residência dos Missionários em Altamira (PA), em 1972



Fonte: Herrera (2016).

No período entre 1755 a 1756, Altamira, com mais de 45 aldeias missionárias, foi elevada à categoria de vila, substituindo nomes que eram indígenas por nomes de cidades portuguesas, uma prática corriqueira no período Pombalino. Em 1757, o governo pombalino expulsou os jesuítas e confiscou seus bens, assim as vilas passaram para tutela direta da Coroa Portuguesa. Esse período é fortemente marcado pela implantação de novas lavouras e pecuária, que era estimulada pelo Marquês de Pombal através de doação de terras para soldados e colonos, para plantações e criação de gado. Nessa época também houve a entrada da mão de obra escrava negra na Amazônia (CORRÊA, 1987).

Entre o período de 1850 e 1920 o extrativismo da borracha ganha maior destaque na região amazônica e coloca a mesma em destaque internacional na economia como a principal e mais importante fornecedora de látex. Assim, muitos agricultores deixaram as plantações das lavouras para se tornar seringueiros. Houve também uma crescente migração para Amazônia em busca de trabalho como seringueiro nas florestas amazônicas e, por causa dessa migração, ocorreu um crescente aumento populacional na região (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

Em 1874 Altamira passou a integrar ao município de Souzel, atual Senador José Porfírio, que começou a colonização da Volta Grande do Xingu. A vila começou a dar suporte aos seringueiros e seringalistas tornando-se um ponto de apoio importante de obtenção da borracha no estado do Pará. Na figura 4 pode-se observar a casa dos seringalistas na cidade de Altamira - Pará. Nela destaca-se o caráter suntuoso da frente da cidade. Quem chegava de barco logo via as casas dos seringalistas, a igreja e o comércio.

Figura 4 - Casa dos seringalistas, em 1970, na cidade de Altamira (PA)



Fonte: Herrera (2016).

Em 1917, no fim do ciclo da borracha, Altamira foi desmembrada do município de Souzel, que acabou perdendo a maior parte de suas terras. Anos mais tarde, em 1961, Souzel perde mais uma vez parte de suas terras para criação do novo município de São Félix do Xingu.

Após esse período, Altamira passou por décadas de estagnação econômica, retomando somente a partir da década de 1970, quando o governo militar do general Emílio Garrastazu Médici desenvolveu um programa chamado de Plano de Integração Nacional (PIN), que tinha como uma das principais obras a criação da rodovia BR 230, mais conhecida popularmente como Rodovia Transamazônica, a qual tinha como objetivo integrar a Amazônia com o resto do país. A BR 230 começa na cidade de Cabedelo na Paraíba e termina no estado do Amazonas na cidade de Lábrea (BRASIL, 1973).

Altamira é uma das cidades do Pará cortadas pela BR 230 e que teve seu desenvolvimento ligado à rodovia, pois o seu modo de vida foi significativamente alterado com sua criação. Antes da abertura da rodovia, Altamira tinha como principal meio de transporte e acesso às demais cidades a navegação. O principal porto da cidade ficava localizado onde hoje é a cidade de Vitória do Xingu, fruto do desmembramento de Altamira (UMBUZEIRO; UMBUZEIRO, 2012).

Após a abertura da Transamazônica não muda na cidade apenas o meio de transporte, mas a relação da população altamirense com o rio e a floresta uma vez que a intervenção do governo implantou vários projetos de desenvolvimento na região como Altamira 1 e projetos de reassentamento rurais desenvolvidos pelo INCRA ao longo da BR-230 (BRASIL, 1973). E a cidade de Altamira assim se torna a cidade suporte da região da transamazônica. Por meio da figura 5 pode-se observar a abertura da rodovia transamazônica em 1972, em que se destaca a destruição da natureza.

Figura 5 - Abertura da rodovia transamazônica, 1972



Fonte: Herrera (2016).

Projetos para estruturação da cidade foram desenvolvidos na década de 1970, como o Projeto de Desenvolvimento Integrado do Município de Altamira desenvolvido pelo Ministério do Interior e o Serviço Federal de Habitação para a reestruturação da cidade, cujo principal objetivo era a implementação do Programa de Ação Concentrada – PAC.

Com a abertura da BR-230 a cidade começou a receber um grande fluxo de imigrantes que viriam para ajudar na abertura da rodovia e conseguir um lote ao longo da mesma, onde o INCRA estava desenvolvendo o Projeto de Integração da Amazônia no estado do Pará. O objetivo principal do projeto era a integração nacional da Amazônia com o restante do país e, por conseguinte, a ocupação de todo território nacional, esse objetivo principal se dividia dois, os sócio-políticos e os econômicos.

Assim, Altamira se tornou uma cidade centro da Rodovia Transamazônica onde os colonos reassentados se deslocavam em busca da realização das atividades centrais para sua sobrevivência. Herrera (2012 p. 4), afirma que “[...] o município de Altamira, considerado e vivido no território como polo, atendendo as necessidades dos residentes dos demais municípios, como, compras de alimentos e equipamentos e atendimento hospitalar”. A partir da década de 1970 Altamira passa por um longo período com sua produção voltada para a agricultura e a criação bovina para exportação.

A partir de 2010 é possível localizar um novo período na formação espacial de Altamira com o início da implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, pois é a cidade que tem sentindo as maiores transformações, por ser polo das atividades da construção da usina e ter parte do seu território alagado e, assim, sofrer os maiores impactos.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte hoje é considerada a maior obra do Programa de Aceleração Crescimento (PAC) (NORTE ENERGIA, 2011). Teve seu início no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e continuação no governo da presidente Dilma Rousseff. A discussão da implantação da usina já perdura há mais de 20 anos. Teve como marco principal dessa discussão o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu e reuniu três mil pessoas, entre 20 e 25 de fevereiro de 1989, na cidade de Altamira (PA).

Após muitas discussões em torno da obra sua licença de instalação foi concedida em 29 de setembro de 2009 e as obras tiveram início em de 2010, sendo considerada a segunda maior hidrelétrica do Brasil e a terceira do mundo. A data prevista para o início de seu funcionamento era 2015, porém devido a atrasos na obra foi remarcada para 2016 e seu funcionamento total para 2019.

A área de alagamento é pouco maior de 500 quilômetros quadrados e, segundo o Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2011), as terras indígenas não serão mais alagadas. Embora, o projeto tenha sido reestruturado, as terras indígenas ainda serão afetadas, pois com o barramento do rio há mudanças na paisagem da região.

Cidades vêm sofrendo diretamente os impactos desta obra, são elas: Altamira, Brasil Novo, Vitória do Xingu, Senador José Porfírio e Anapú, que tem sua localização no sudoeste do Estado do Pará. Por ter característica de cidade polo, Altamira também acabou absorvendo a maioria dos impactos da instalação da Usina de Belo Monte e, assim, surgiram vários problemas nas esferas social, econômica e ambiental com diferentes escalas que condicionam transformações drásticas no seu território.

A cidade de Altamira tem seu processo de criação não diferente das demais cidades da região amazônica, onde só é realizada a implantação dos povoados para explorar recursos da Amazônia, e a maiorias das cidades só recebem recursos ou estruturas quando há interesses para exploração, até mesmo o fluxo migratório para aparecimentos de novas

idades ou para antigas é realizado através de incentivos de grandes projetos na Amazônia, dessa forma as cidades amazônicas têm sua dinâmica alterada a serviço do capital. Se reestruturando cada vez que projetos são instalados nas cidades ou próximos a elas.

OS REASSENTAMENTOS URBANOS COLETIVOS E A EXPANSÃO TERRITORIAL DE ALTAMIRA (PA)

As transformações das cidades e seus desdobramentos apontam para o modelo de reprodução capitalista. A reestruturação de cidades amazônicas paraenses que tinham, de modo geral, um modelo de organização voltado para o rio, a várzea e a floresta têm seu modo de vida alterado pela intensificação do modelo de produção capitalista, fundado no padrão estrada-terra-firme-subsolo (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Altamira, por ser considerada uma cidade polo da região desde a época da borracha, em que as famílias de agricultores da região ou que moram em cidades próximas vão lá à busca de bens, serviços e equipamentos para atender as suas necessidades, foi a cidade que recebeu a maior parte dos impactos causados pela construção da usina hidrelétrica, principalmente com a instalação de empresas terceirizadas que prestam serviços ao empreendimento, bem como o grande fluxo migratório de pessoas que vão trabalhar na obra, além do fato de ter 25% da sua malha urbana alagada, segundo o Plano Básico Ambiental (NORTE ENERGIA, 2011).

Com o alagamento, alguns bairros que tiveram sua construção com orientação para os igarapés Panela, Ambé e Altamira sumiram e ganharam novas estruturas. A seguir (figuras 6 e 7) podemos observar duas fotos que mostram o antes e o depois da reestruturação que Altamira está sofrendo. O lugar onde existiam casas de palafitas agora se reestrutura transformando-se em área de lazer.

Na figura 7 podemos observar a reestruturação de antigos bairros em que existiam residências e que historicamente tinham crescimento voltado para as margens dos igarapés; na figura 6, por sua vez, podemos perceber como eram os bairros antes da desocupação e retirada da população atingida.

No plano de requalificação urbana (no item 5 do PBA) existem três projetos de intervenção que são direcionados para seguintes localidades: Altamira, Vitória do Xingu, Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal. Segundo o plano, a requalificação urbana tem como objetivos “[...] fortalecer a rede urbana diretamente afetada pela implantação da UHE Belo Monte frente aos impactos esperados e, ao mesmo tempo, incorporar as oportunidades de desenvolvimento regional daí resultantes” (NORTE ENERGIA, 2011, p. 10).

Figura 6 - Antes da remoção da população, 2016



Figura 7 - Depois da remoção da população, 2016



Fonte: Herrera (2016).

Em Altamira, o plano de Requalificação Urbana tem como escopo realizar a intervenção conciliando a resolução dos problemas de enchentes, comuns na cidade em período chuvosos, com a recuperação das áreas historicamente ocupadas nas margens dos igarapés Altamira, Ambé e Panelas por famílias de baixa renda, que se encontram abaixo da cota 100, que é a cota estipulada pelo RIMA (BRASIL, 2009) como área permanentemente alagada com o barramento do rio. Além disso, o plano visa também melhorias das condições de habitação e de saneamento da população realocada.

Mediante o exposto foram estabelecidas as seguintes etapas para criação dos reassentamento urbanos: seleção de áreas para os novos assentamentos; estabelecimento de diretrizes urbanísticas para as áreas selecionadas, conforme o plano diretor da cidade; estabelecimento de diretrizes para tipologias habitacionais; projeto de urbanização das áreas selecionadas; projeto arquitetônico das tipologias habitacionais e equipamentos sociais associados; reassentamento das famílias em conjunto com o programa de negociação e aquisição de terras e benfeitorias em área urbana (NORTE ENERGIA, 2011).

Nesse sentido, para a seleção preliminar das áreas foram realizados os seguintes procedimentos, conforme determinação do EIA no item 33: levantamento de áreas não ocupadas por meio de interpretação de imagens disponíveis; identificação de aspectos como hidrografia, cobertura vegetal, áreas de preservação permanente e acessibilidade; consideração da distância máxima de dois quilômetros entre o local da atual moradia da população ao local de reassentamento; levantamento de informações complementares junto aos técnicos da SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Altamira, em reunião realizada no dia 16 de setembro de 2010; e vistorias realizadas em campo visando a agregação de novas áreas (NORTE ENERGIA, 2011), pois as novas áreas têm que cumprir sua função social. O plano diretor de Altamira é datado de dezembro de 2010 e

em parágrafo único no art. 2º afirma que a propriedade urbana só cumpre sua função quando dá aos habitantes da cidade a oportunidade de ter acesso à mesma em todas as suas estruturas.

Foram pré-selecionadas pela Norte Energia 17 áreas, levando em conta os critérios acima mencionados tanto no plano básico ambiental como no plano diretor de Altamira, para a implantação dos reassentamentos urbanos coletivos da cidade. Destas, cinco delas foram escolhidas para implantação dos reassentamentos urbanos coletivos da cidade de Altamira. Na figura 8 pode-se observar que as áreas escolhidas para implantação dos RUCs são áreas distantes do centro da cidade e que no Plano Diretor de Altamira, de 2003 (ALTAMIRA, 2003), eram consideradas áreas periurbanas, sendo utilizadas como fazendas e áreas de preservação ambiental, nas quais havia o predomínio de florestas e pastagens para criação de gado.

Figura 8 - Áreas selecionadas para implantação dos RUC, no ano de 2012



Fonte: Norte Energia (2012).

Uma das principais características dessas localidades é a relativa distância em relação ao centro da cidade, causando assim o isolamento das famílias que habitam os RUCs, pois a cidade de Altamira não conta com um sistema de transporte público adequado e de qualidade com ônibus suficientes para atender toda a população e, assim, as pessoas são obrigadas a comprar um meio de transporte particular. Com aumento da frota de veículos, mais o fato de as ruas serem pequenas e estreitas, ocorrem engarrafamentos constantes.

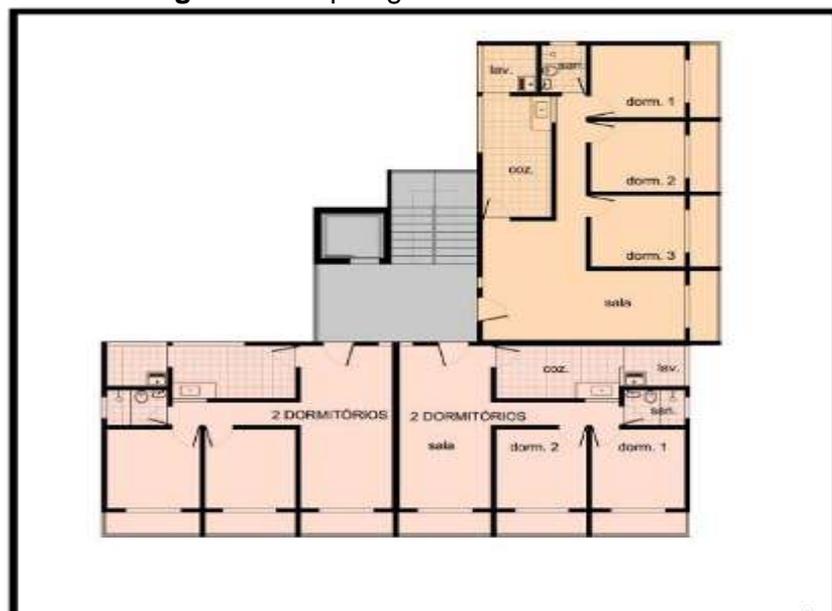
Uma série de recomendações e diretrizes também foi estabelecida para a construção das casas a serem entregues para a população no EIA e teve que obedecer aos seguintes requisitos: área mínima da edificação = 60 metros quadrados; unidades unifamiliares com dois ou três dormitórios, em lotes individuais de 300 metros quadrados; atendimento aos

padrões mínimos de conforto ambiental, considerando ambientes úmidos e com temperaturas elevadas. As figuras 9 e 10 mostram os modelos selecionados de casas para serem construídas nos reassentamentos urbanos da cidade de Altamira, conforme está no PBA. Há dois tipos de Unidades Habitacionais: o de Classe I e o de Classe II. Segundo o Norte Energia (2011) o modelo de Classe I admite o parcelamento na forma de loteamento unifamiliar, já no de Classe II se admite o parcelamento em lotes maiores, condominiais, para edificações multifamiliares.

Figura 9 - Tipologia da casa Classe I



Fonte: Norte Energia (2011).

Figura 10 - Tipologia da casa Classe II

Fonte: Norte Energia (2011).

Em seguida, sugere-se que seja realizada uma apresentação dos modelos de unidade familiar para a prefeitura e a população para a escolha do melhor modelo a ser construído, assim como para a definição das áreas a serem adquiridas para construção dos reassentamentos que melhor atendam a essas demandas. Feitas as recomendações para a construção dos reassentamentos urbanos coletivos o PBA sugere que o projeto de reassentamento deve andar junto ao Programa de Negociação e Aquisição de Terras em Áreas Urbanas, pois os remanejados poderão optar pelas seguintes alternativas: uma casa nas áreas de reassentamento, indenização ou carta de crédito para aquisição de uma nova casa em outra localidade.

Caso a família prefira ser indenizada pela perda de sua residência o valor é definido através do caderno de preços da Norte Energia, que utiliza critérios como condições de construção das casas, as benfeitorias realizadas no terreno antes do cadastro da famílias e comprovação de posse do terreno.

O tipo de casa escolhida para a construção foi o modelo de Unidades Habitacionais – Classe I, que contém três quartos, sendo uma suíte, um banheiro social, sala e cozinha conjugada, uma pequena área na frente da casa e outra de serviço atrás da casa, e o material escolhido para construção da casa foi o concreto em pré-moldados (NORTE ENERGIA, 2011). De forma informal, durante a pesquisa de campo, foi possível verificar que os moradores consideram as casas muito quentes e sem ventilação.

Além dos problemas de mudança nos projetos da casa, encontraram-se vários outros tipos de irregularidades no início das obras, como construções feitas sem autorização da prefeitura e em desacordo com o Código de Obras do município de Altamira, além de

problemas nas instalações elétricas e tomadas e pavimentação inadequada das ruas, segundo o Ministério Público de Altamira (outubro de 2013) em vistoria as reassentamento urbanos. (BRASIL, 2013).

Mediante o exposto, podemos observar que os RUCs como estão colocados para serem construídos no PBA atendem as exigências do Plano Diretor, já na execução dos projetos de reassentamento, em visitas de campo se percebe que os reassentamentos não cumprem de maneira satisfatória as exigências do plano diretor da cidade de Altamira.

As pessoas que tinham comércio, nas áreas que foram remanejadas, somente tiveram direito às casas nas esquinas das ruas para montarem seus comércios, sem estrutura mínima para comercialização. Para manterem suas atividades os próprios moradores modificam as casas, como se pode observar na figura 11, que mostra um ponto comercial construído pelo próprio morador no RUC Jatobá.

Figura 11 - Comercio construído, em 2015, por morador do reassentamento Jatobá



Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Outros problemas encontrados, durante o trabalho de campo, são a falta da intervenção do poder público nos reassentamentos. Não há escola pública funcionando, o posto de saúde funciona de forma mais regularizada em apenas um dos reassentamentos, no RUC Jatobá, que é o RUC mais antigo, nos demais existem posto de saúde e escola pública construída, mas os mesmos não têm funcionários para garantir que os estabelecimentos funcionem, conforme se pode constatar em diferentes entrevistas com moradores das áreas analisadas. Ainda segundo esses moradores, a prefeitura diz que essa responsabilidade é da Norte Energia, mas a mesma responde que a responsabilidade é da prefeitura, resultando, assim, possivelmente, na demora em resolução dos problemas.

As reclamações em relações aos imóveis são inúmeras, porém as mais frequentes são rachaduras nas paredes, lajotas do piso da casa soltas, alagamento dentro de casa

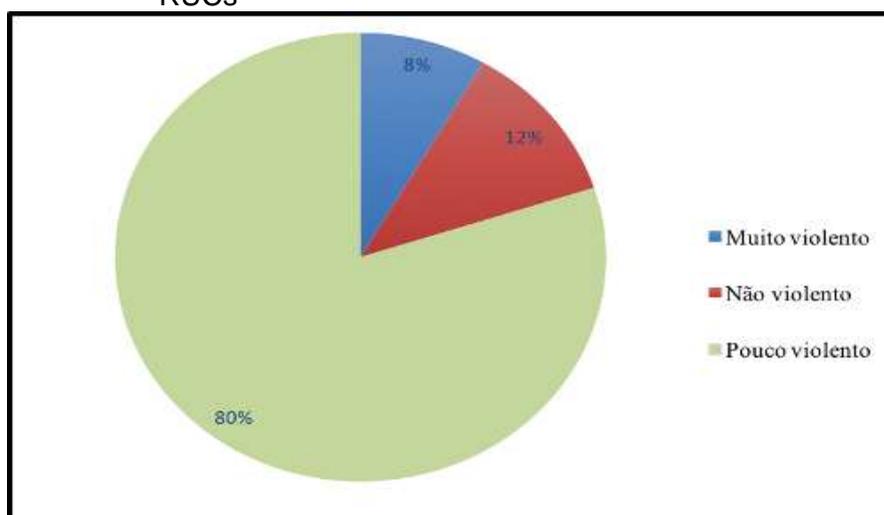
quando chove, e entupimento de esgoto, dentre outros problemas registrados, como se pode notar na fala de uma moradora do reassentamento São Joaquim, que tem muitas saudades do antigo lugar em que morava, devido ao tamanho dos problemas que tem que enfrentar no novo espaço de moradia:

Duvido que alguém saia do lugar onde você viveu por muito tempo e chegue a outro e diga que está melhor, por que não é verdade, mas eu não vou mentir não eu não gosto muito daqui, a gente acostuma, né? Por que é único lugar por que tem para morar, mas eu não gosto daqui, até por que primeira coisa que eles falam por que aqui está melhor é por que lá todo ano a gente tem que sair das casas da gente por que a água alaga. Eu não vejo tanta benfeitoria por que aqui quando dá uma chuva forte, alaga, a água molha o sofá todinho aqui, os tapetes; e a gente tem que ir se batendo para estar enxugando a casa, não tem nem tanta diferença (moradora do reassentamento São Joaquim, entrevista realizada pelo GEDTAM, 2016).

Embora haja muitas reclamações sobre as casas que foram construídas, algumas famílias consideram ótimas as casas que receberam por acreditarem que nunca teriam condições de conseguir uma casa nova. Mas também para essas famílias os reassentamentos têm muitos problemas a serem resolvidos, principalmente de acessibilidade e de mobilidade das pessoas que ali residem.

Outro problema evidenciado nos RUCs é a questão da violência. O poder público e a sociedade altamirense considerem os bairros de reassentamento os mais perigosos da cidade de Altamira, por este motivo a segurança pública tem uma ação mais efetiva nessas localidades, fazendo rondas todos os dias. Entretanto, segundo relatos dos próprios entrevistados eles não reconhecem os reassentamentos como locais perigosos. Quando perguntados se consideram os RUCs como “muito violento”, “pouco violento” e “não violento” obtivemos as seguintes respostas mostradas no gráfico (figura 12).

Figura 12 - Percepção dos moradores em relação à violência nos RUCs



Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Muitos consideram o lugar bom de morar, mas se sentem isolados em relação à cidade, o que causa maior insegurança, sendo que um dos maiores problemas que os moradores relatam é em relação à distância e falta de estrutura e atendimento de necessidades básicas como ir ao banco, supermercados, farmácias, lojas etc. Quando perguntado como você classifica o lugar onde mora, das 60 famílias entrevistadas, 77% respondeu que considera um lugar bom, 20% considera ruim e 3% considera o RUC um lugar péssimo para morar. A narrativa de uma moradora do bairro Jatobá reclama desse isolamento que sofre por conta do reassentamento ficar distante do centro da cidade:

Lá a gente quando queria fazer uma compra para escola, a gente como faz o ditado a gente esticava o pé já estava lá, aqui se você quiser ir, quem não sabe andar de bicicleta, quem não tem um transporte melhor, vai de pé, quem tem problemas de doença, fica bem mais complicado né. Por isso eu não gosto eu não posso tá andando muito de bicicleta, de vez em quando eu ando por que eu sou teimosa, eu praticamente fico mais aqui do que desço lá pra baixo [...] que nem eu era acostumada a fazer compras e entrega na casa das minhas amigas, enfim, eu não gostava de ficar dentro de casa, aqui eu tive que me habituar a ficar dentro de casa o tempo todo, é mais um ponto pra não gostar daqui, e pra falar a verdade não foi uma boa experiência, por que quando a gente veio pra cá a nossa casa tinha sido alagada invadida a água, a gente foi pra casa do meu avô pra tentar ficar lá até a água baixar, alagou lá também a gente teve que vir pra cá, quando a gente chegou aqui foi uma situação horrível que a gente teve que fica na casa do meu tio e eu tenho certeza que ninguém vai gostar de ficar na casa dos outros né, a gente recebe muita humilhação muitas vezes [...] (moradora do reassentamento Jatobá, entrevista realizada pelo GEDTAM, 2016).

Podemos observar através dessa narrativa o descontentamento dos moradores em relação à distância e o sentimento de abandono condicionado pelos espaços serem de difícil

acesso, pois, dos cinco reassentamentos, três (que são Laranjeiras, Casa Nova e São Joaquim) não têm pavimentação na sua entrada dificultando ainda mais o acesso aos RUCs. Embora as antigas áreas que essas famílias habitavam não tinham infraestruturas básicas elas residiam em localidades estratégicas e próximas a equipamentos urbanos que inferem na melhor qualidade de vida.

Vale ressaltar que, quando se aplicavam os questionários, as respostas que se obtinham eram diferentes das conversas informais com os moradores ou até mesmo quando se estava fazendo entrevistas semiestruturadas e gravando. Tal diferença de resposta ocorre por causa do medo em que os moradores têm de perder a casa que eles trocaram com a Norte Energia, por não saber de maneira clara os seus diretos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a criação dos novos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira houve grandes transformações tanto na estrutura física da cidade quanto no modo de vida das famílias que moram na cidade, principalmente das que foram realocadas para os RUCs. Altamira, que sempre teve sua expansão voltada para os rios que cortam a cidade, agora tem sua dinâmica de crescimento voltada para a rodovia e para as antigas áreas rurais e de floresta. Tal mudança foi impulsionada pela implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

A nova dinâmica de crescimento da cidade está diretamente ligada à estruturação dos novos bairros realizada por empresas privadas, bem como os RUCs criados como condicionantes pela Norte Energia. Os novos reassentamentos contam com a infraestrutura básica para a população no que diz respeito à saneamento básico e iluminação pública, haja vista que os antigos bairros da cidade sugeriram de forma espontânea e os serviços básicos eram implantados somente depois, mas muitos até os dias atuais não têm esses serviços básicos.

A distância dos novos bairros em relação ao centro da cidade é um grave problema social, pois a cidade não possui um sistema de transporte público de qualidade com ônibus suficientes para atender toda a população, assim as pessoas são obrigadas a comprar um meio de transporte particular, com aumento da frota de veículos mais o fato de as ruas serem pequenas ocorrem engarrafamentos. O transporte público e os ônibus escolares que só transportam crianças que estudam em escolas que ficam a uma distância acima de dois quilômetros estão sendo retirados de circulação. Por este motivo grande parte dos alunos vai para a escola a pé ou então desiste de estudar porque não tem como ir para a escola.

Em suma, com a chegada da Usina Hidrelétrica Belo Monte a cidade de Altamira passou (e ainda está passando) por profundas transformações e reestruturações, tanto no espaço físico quanto nos aspectos sociais, na modificação do modo de vida. Nota-se que direitos básicos da população estão sendo negligenciados, principalmente para a população remanejada em Altamira. Direitos básicos como transporte público, educação e saúde não são atendidos apropriadamente tanto pelo poder público quanto pelo Consórcio Construtor da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Para que essa população tenha seus direitos garantidos se faz necessário que tanto o poder público quanto o consórcio construtor de Belo Monte cumpram as condicionantes criadas, para que assim sejam minimizados os impactos que essa população vem sofrendo.

Podemos observar que os espaços das cidades se tornaram mercadorias a partir das transformações que as cidades sofrem. A destruição de antigas cidades e a criação de novas com modernas estruturas acima das antigas tem um propósito, o de atender às necessidades do capital.

Nesse sentido podemos afirmar que o processo de produção urbana da cidade de Altamira vem sendo modificado ao longo do tempo em virtude de projetos de exploração dos recursos da Amazônia, e a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é mais um desses projetos que modificam o processo de produção da cidade. Os reassentamentos urbanos da cidade modificaram o modo de vida da população que antes tinha uma relação direta com o rio e agora sofrem um processo de segregação imposta pelo capital.

A segregação socioespacial revela as contradições que existem na cidade nos aspectos sociais e econômicos na sociedade atual, e está ligada, diretamente, ao solo urbano. Nesse sentido, pode-se dizer que a segregação está diretamente ligada à produção e reprodução espacial do espaço urbano. Nesse contexto o objetivo central do trabalho foi, o de analisar o processo de produção dos espaços urbanos planejados pelo empreendimento Belo Monte, verificando suas implicações na (re) estruturação urbana e no desenvolvimento sócioespacial da cidade de Altamira.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRA. **Plano diretor da cidade de Altamira**. Altamira: Câmara Municipal, 2003.

BRASIL. Instituto de Planejamento Econômico e Social. **Projeto Altamira 1**. Brasília: IPEA, 1973.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Aproveitamento hidrelétrico Belo Monte**: relatório de impacto ambiental. Brasília: MME, 2009.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**: perguntas mais frequentes. Brasília: MME, 2011. Disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/10584/1590364/BELO_MONTE_-

_Perguntas_mais_Frequentes.pdf/20edbaee-c096-49a8-b117-22bf0262c80a. Acesso em: 28 jan. 2016.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Altamira. **Ação Civil Pública com Pedido de Liminar**. Altamira, PA: MPF, 2013. Disponível em: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2013/arquivos/ACP%20Belo%20Monte%20REASSENTAMENTO.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. *In*: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 25-35.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, 1987.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERRERA, J. A. **Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia Paraense**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286138>. Acesso em: 3 mar. 2016.

_____. **Relatório técnico-científico final**. Efeitos do empreendimento hidrelétrico de Belo Monte nos serviços urbanos e regionais em Altamira - Pará. Belém: FAPESPA, 2016.

NORTE ENERGIA. **Apresentação da Comissão de Reassentamento Urbano**: Altamira-Pará. Brasília, 2012. 28 slides.

_____. **Projeto básico ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Brasília: Norte Energia, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

UMBUZEIRO, A. U. B.; UMBUZEIRO, U. M. U. **Altamira e sua história**. Belém: Ponto Press, 2012.

Recebido: agosto de 2018.

Aceito: fevereiro de 2019.

ⁱ Trabalho desenvolvido com o apoio do Programa PIBIC/UFPA.